

Artigo

Jornalismo e objetividade: a cobertura do correio brasileiro sobre a greve das carreiras de estado do poder executivo federal¹



Journalism and objectivity: coverage of correio brasileiro strike on careers of the executive branch of federal state

Camila Jungles Barbosa <camilajungles@gmail.com>

Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais no FNDE. Brasília, Brasil.

Recebido 20-mar-13 **Aceito** 16-jul-13

Resumo Este artigo analisa a cobertura realizada pelo jornal Correio Braziliense que aborda a greve das Carreiras de Estado do Executivo. A partir do paradigma da objetividade jornalística, verifica-se a construção de um discurso acerca de um determinado estrato de servidores públicos e as suas reivindicações no período de campanha salarial. Para tanto, foram estudadas oito matérias publicadas de 22 a 27 de agosto e utilizados métodos quantitativo e qualitativo que possibilitaram observar o relacionamento desses servidores ao conceito medieval de “sangue-azul”.

Palavras-chave jornalismo; objetividade; esfera pública; serviço público.

Abstract *This article analyzes the coverage carried by the newspaper Correio Braziliense that addresses the strike of the State Executive Careers. From the paradigm of journalistic objectivity, there is the construction of a discourse about a particular stratum of civil servants and their claims*

¹ Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Assessoria em Comunicação Pública do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), sob orientação do professor Rodrigo Garcia Braz.

during the period of wage campaign. Therefore, we studied eight stories published 22-27 August. We used quantitative and qualitative methods that made it possible to observe the relationship of these servers to the medieval concept of “blue-blood”.

Keywords *journalism; objectivity; public sphere; public service.*

1. Introdução

Em 2012 a presidenta Dilma Rousseff enfrentou a maior onda de greves no serviço público federal desde que assumiu o governo, em janeiro de 2011. As paralisações interferiram na prestação de diversos serviços e o tema foi foco de toda a imprensa.

Entre as categorias que se manifestaram por reajuste salarial estavam as Carreiras de Estado do Poder Executivo, que são as que exercem atribuições no âmbito do Estado e fazem parte do seu núcleo estratégico. As atribuições desses servidores estão relacionadas com as atividades de fiscalização agropecuária, tributária e de relação de trabalho, arrecadação, finanças e controle, gestão pública, segurança pública, diplomacia, advocacia e defensoria pública, regulação, política monetária, planejamento e orçamento. Apesar de terem os maiores subsídios do Poder, recebem, inicialmente, R\$ 13.000,00 em média, reivindicavam as perdas salariais desde o último aumento, em 2008, e a continuidade da política salarial desenvolvida pelo Governo Lula.

Na semana do dia 18 de agosto os protestos foram intensificados, pois se aproximava a data limite para a inclusão do aumento para servidores no Projeto de Lei Orçamentária: 31 de agosto. O jornal Correio Braziliense acompanhava o desfecho das negociações na capital federal e divulgava em suas edições o andamento do processo.

O governo ofereceu reajuste linear de 15,8%, parcelado em três anos, para todo o serviço público federal. As entidades representativas reagiram negativamente ao percentual oferecido e insistiam em rejeitar a proposta. No dia 22 de agosto, a capa do periódico foi “Dilma culpa ‘grevistas de sangue azul’ pelo impasse”. A reportagem gerou uma reação imediata dos servidores alcunhados dessa forma. Foram publicadas notas repudiando a denominação e protestos foram realizados contra o pronunciamento considerado desrespeitoso pelos servidores.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a cobertura jornalística do movimento por reajuste das Carreiras de Estado do Poder Executivo federal. A partir de uma série de matérias publicadas pelo jornal Correio Braziliense, propõe-se observar a construção do discurso e a sua relação com o conceito de objetividade jornalística, em um contexto de negociação salarial e greve, que relaciona os servidores das Carreiras de Estado ao conceito medieval de “sangue azul”. Essa análise será realizada a partir de uma visão sistêmica em que estão inseridos os meios de comunicação.

2. A objetividade no discurso jornalístico

É com o positivismo, corrente de pensamento do século XIX, que tem como principal pensador Auguste Comte, que o conceito de objetividade começa a ser discutido de maneira mais sistemática. Propunha-se que as ciências sociais deveriam oferecer resultados incontestáveis como os das ciências exatas, retirando-se todo e qualquer traço de subjetividade e mantendo o esforço voltado para um método quantificável, capaz de distinguir a realidade do juízo de valor.

Ao analisar a história do jornalismo, inserida no contexto da Revolução Francesa, percebe-se que o conceito de objetividade e o seu desenvolvimento estão fortemente relacionados com essa atividade e colaboram para o seu reconhecimento. Mas para entender a contribuição desse conceito, é necessário observar o nascimento da imprensa e a consolidação da atividade jornalística.

Entre os anos finais do século XIV e meados do século XVI, inicia-se na Itália o período denominado Renascimento que marca, na Europa, a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Nesse momento as bases para o surgimento do jornalismo começam a ser estabelecidas. É uma época em que há o florescimento cultural e social, e por meio da consolidação do comércio, a burguesia alcança seu anseio de destaque político em uma sociedade monopolizada pelo poder absolutista. O sistema feudal perde força e, em contrapartida, surgem os núcleos urbanos, a religiosidade é substituída pela razão. Além de um novo posicionamento sócio-cultural dos indivíduos, privilegiando a racionalidade e as artes, os horizontes sociais são ampliados pela economia mercantilista. As potências europeias eram sustentadas pelo colonialismo e expedições, que contribuíram ainda mais nessa expansão.

Aliada a esse cenário, a cultura escrita foi impulsionadora nessa mudança estrutural. Houve uma crescente propagação de publicações impressas apoiada em um invento que influenciou o surgimento da imprensa, o sistema tipográfico de Gutenberg. É esse contexto que permite a publicização dos ideais combativos da burguesia e que estimularam a Revolução Francesa. O espaço onde os ideais revolucionários são apresentados é a imprensa, marcadamente opinativa, um local para a crítica contra o absolutismo, e acima de tudo, uma ferramenta política.

A diferenciação entre opinião e fato foi crucial para o jornalismo e legitimou a notícia em um novo contexto, o econômico. O fazer jornalismo passou a ser negócio, e assim também passou a estar inserido na lógica de mercado, e a objetividade estava diretamente ligada aos interesses econômicos, era o que tornava o produto notícia confiável e com isso mais rentável. As agências de notícias produziam o conteúdo jornalístico, que era vendido para o governo, diplomatas e banqueiros, e posteriormente, surge um novo cliente, o jornal.

Amaral (1996) aponta quatro acontecimentos significativos para a objetividade jornalística. O primeiro é o surgimento das agências de notícias, criadas para vender o produto noticioso para governos e grandes negociantes. Mas posteriormente, houve uma ampliação desse público, as agências passaram a produzir também para os jornais. Para manter essa clientela, a objetividade foi determinante, e

passou a ser perseguida como um ideal. De acordo com o autor, o conceito de objetividade no campo jornalístico é atribuído à agência americana *Associated Press*. Nos Estados Unidos, existiam duas categorias de produto jornalístico - o sensacionalista, também chamado de “jornalismo marrom”, em que prevaleciam as histórias inusitadas -, e o informativo, modelo cunhado pela *Associated Press* e seguido pelo *The New York Times*. O segundo acontecimento é o desenvolvimento industrial da imprensa, que se voltou para o cotidiano e os consumidores passaram a exigir que essas notícias retratassem com fidelidade os acontecimentos do dia a dia. As guerras mundiais são o terceiro fator importante apontado por Amaral, pois esse cenário estimulou os estudos sobre comunicação, em especial a propaganda. Essa nova forma de mostrar os fatos despertou a desconfiança sobre a realidade apresentada por meio do produto noticioso e a possibilidade de retratá-los de diversas maneiras. Por último, o autor destaca o advento da publicidade e das relações públicas, atividades que contestavam a objetividade e recriaram o conceito de notícia, que passou de representação à narração da realidade. Admitia-se assim, certo grau de subjetividade, mas com reserva.

O jornalismo consolidou-se com a missão essencial de apresentar a realidade, e a credibilidade depende do quanto o profissional consegue ser fidedigno ao objeto descrito. Lage (1982) define que a objetividade consiste na descrição dos fatos exatamente como esses aparecem, extraindo-se qualquer traço de subjetividade e interpretações. Uma tarefa difícil, afinal, ao se analisar um fato ou objeto, diversas visões podem surgir. As técnicas jornalísticas foram criadas justamente para auxiliar nessa tarefa. Seguiam os imperativos positivistas e ao mesmo tempo rompiam com as raízes da imprensa opinativa burguesa.

As técnicas de produção, como o lide e a pirâmide invertida, contribuíam para a adequação da notícia à lógica de mercado, que exigia maior rapidez na produção. Até mesmo os repórteres eram simpáticos com o paradigma da objetividade, que os distanciava do conteúdo produzido, e assim poderiam se eximir de possíveis responsabilidades éticas e jurídicas do texto publicado.

De acordo com Barros (1995), era “um uso justificacionista da objetividade”, no texto da notícia, a hierarquização de informações e demais escolhas do profissional significavam riscos que esse jornalista não queria assumir. Os métodos e práticas criadas resguardavam o repórter e ainda contribuíam para que a notícia fosse considerada apenas um espelho da realidade, sem qualquer interpretação ou interesse daquele que a produziu.

Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizaram para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas contra o seu trabalho (TRAQUINA, p. 139).

As notícias refletem a realidade e, por isso, são determinadas por ela, e opinião e fato não se confundem, é o que defende uma das teorias mais antigas sobre a notícia, a Teoria do Espelho. De acordo com Traquina (2005), o repórter seria um comunicador desinteressado, “um agente que não tem

interesses específicos a defender e que o desviam de sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, do a quem doer”.

A objetividade também é debatida nas teorias de Ação Política, com forte influência marxista, o estudo é focado nas implicações políticas e sociais do trabalho jornalístico, visto como instrumento para a propagação de ideologias. É nesse cenário que surge um novo filão de investigação que trata da parcialidade, vista como oposto da objetividade.

Herman e Chomsky (1989) entendem a relevância do aspecto macroeconômico no processo de construção das notícias, que reforçam as ideologias do que chamaram do *establishment* (poder instituído). Entre os cinco fatores que explicam a submissão do jornalismo aos interesses capitalistas está a dependência dos jornalistas das fontes governamentais e empresariais. Traquina (2005, p. 166) destaca que, segundo Herman e Chomsky, “as ligações entre os media e o mundo dos negócios e o governo têm influencias sutis”, e concluem que “o campo jornalístico é uma arena fechada”.

Um paradigma relevante no debate sobre a objetividade é o proposto pelas teorias construcionistas, contrárias à proposição de notícia como distorção e que ainda questionam a ideologia jornalística de espelho da realidade. As notícias não são ficção, mas convencionais, atuam na construção da realidade. Nessa perspectiva há uma forte dimensão cultural em que a produção da notícia significa contar estórias. Essa visão interfere em pontos cruciais do fazer jornalismo, e em especial na objetividade, por negar diversos preceitos da teoria do espelho.

Primeiro, há diferenças entre a realidade e o que os meios de comunicação pretendem refletir como sendo essa, pois as próprias notícias influenciam e constroem essa realidade. Ainda existem as limitações da linguagem, incapaz de descrever de forma exata e fidedigna. E por fim, a estruturação dos acontecimentos é feita a partir do que convém aos media, em função da organização do trabalho jornalístico e também imperativos mercadológicos. Essa negação da objetividade traz consequências que são apresentadas por Guerra (2000):

A crítica à objetividade - cujo debate, como tem se tentado mostrar, situa-se no âmbito da teoria do conhecimento - desencadeia todo um processo de desconstrução da atividade jornalística. Ora, a objetividade é fundamental para sustentar o imperativo ético, que por sua vez é a pedra angular do jornalismo como prática de mediação. Ao se colocar a objetividade em xeque, coloca-se também em dúvida a plausibilidade do imperativo ético e consequentemente toda a lógica da mediação jornalística cai por terra (GUERRA, 2000, p. 9).

Considerar o jornalista como mediador dessa realidade, aquele que leva o fato ao público por esse nem sempre estar presente quando acontece, é uma proposta que resguarda a objetividade e mostra-se como uma solução viável para a razão de existir do jornalismo. As teorias construcionistas destacam a impossibilidade de o jornalismo captar toda a realidade e transfigurá-la para a notícia. Contudo, segundo Guerra (2000), isso não exclui a possibilidade de ter informações verdadeiras

sobre o fato na notícia. E dois aspectos técnico-metodológicos são relevantes, o enquadramento e os valores notícia.

O enquadramento e os valores/notícia são dois fatores muito importantes no direcionamento das coberturas jornalísticas. Levam a produção jornalística a direcionar seus esforços para aqueles fatos demandados pelo público. A crítica à objetividade, por exemplo, não dá conta desses aspectos, satisfatoriamente, pois atribui a diversidade de abordagens e relatos noticiosos simplesmente à arbitrariedade das escolhas feita pelos jornalistas. Tanto os valores/notícia como o enquadramento não são conceitos que invalidam teoricamente a objetividade, pois estão em campos diferentes do saber. Eles conjuntamente caracterizam a forma peculiar de como o jornalismo conhece os fatos (GUERRA, 2000, p. 14).

Assim, ao se considerar o trabalho jornalístico essencialmente de mediação, com artifícios técnicos e operacionais definidos, e metodologia que garante a produção das notícias, é possível resguardar a objetividade. Com isso, há a possibilidade de conhecer como o campo jornalístico apreende e apresenta um fato. Em um acontecimento há grande diversidade de contextos, formas de apresentação e interferências sociais, políticas, mercadológicas. Contudo, nada disso pode eximir o trabalho jornalístico da busca pela apresentação de informações verídicas sobre determinado fato, mesmo que não se esgotem as visões sobre esse.

Apesar das considerações que defendem o ideal da objetividade jornalística, é a partir da teoria do conhecimento que estão cunhadas as bases para a aceitação da subjetividade na construção das notícias. A polêmica está justamente em uma questão central e já citada, a efetiva possibilidade de o jornalista captar a realidade dos fatos sem deixar suas interpretações, subjetivas, interferirem nesse relato. Sylvia Moretzsohn (2007) aponta que a rejeição à concepção positivista não significaria negar a razão, mas aceitar que o processo de conhecimento é permeado pela subjetividade.

Pois hoje é banal dizer que cada relato depende da posição (ou do “lugar”) do sujeito; além do mais, a rigor, não existe objetividade nem no jornalismo nem em qualquer atividade humana, se pretendermos tomar a objetividade de maneira absoluta, ou seja, como algo que exija a exclusão do sujeito (MORETZSOHN, 2007, p. 184).

Essa acepção de objetividade relativizada, que permite manter a racionalidade na apreensão do objeto pelo sujeito mesmo diante da subjetividade dessa ação, é compartilhada por Perseu Abramo. O autor apresenta a objetividade no campo do conhecimento, e não no da ação.

A objetividade gnosiológica, epistemológica, mais que deontológica ou ontológica. A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele), no momento do conhecimento. A objetividade não é um apanágio nem do sujeito nem do objeto, mas a relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto, da observação, do conhecimento, do pensamento (ABRAMO, 2003, p. 39).

Há uma gradação entre a objetividade e subjetividade, e uma das formas de se aproximar do primeiro polo envolve o conhecimento da realidade, nesse caso concebida pelo lócus onde está inserido o objeto, abarcando a multiplicidade de fatores e elementos envolvidos. Assim, segundo Abramo, o observador não pode se deixar prender somente pelas aparências, mas buscar envolver totalmente o objeto em sua observação. A negação da objetividade seria pelo que o autor chama de “falsa objetividade”, que nada tem a ver com a relativização do conceito, mas pelo fato de ser aparente e subjetiva.

Esse método de objetividade restringe-se aos aspectos meramente aparentes e quantificáveis da realidade, aos dados mais flagrantes e numéricos, supondo, com isso, que assim vê objetivamente a realidade. Ora, nem toda a realidade é dimensionável, redutível a número, cifras, pesos, metros, quantias e quantidades, anos de idade e datas etc. E frequentemente os dados mais aparentes e espetaculares de uma realidade são também os mais irrelevantes e secundários (ABRAMO, 2003, p. 41).

Voltando às raízes da consolidação da atividade jornalística, a objetividade seria a forma de defender o profissionalismo de repórteres e empresários da mídia. De acordo com Moretzsohn (1997), essa seria uma forma de demarcar e afirmar espaço profissional. Essa visão vai além, e remeteria ainda ao sentido de responsabilidade social do jornalismo e o estabelecimento dessa atividade na sociedade, a partir do conceito de “quarto poder”, imune diante das pressões políticas e econômicas que permeiam o ambiente social.

Nesse embate, é preciso considerar que os meios de comunicação estão inseridos numa complexa teia social, em que sofrem pressões e interferências de diversas instituições. A construção dessa realidade não é restrita aos meios de comunicação, e a tarefa desses também não está imune às interferências, especialmente as econômicas, políticas e sociais. Maia (2006) assevera que a visão da mídia a partir de uma perspectiva sistêmica permite análises multidimensionais e a flexibilização de noções ortodoxas, como o conceito de objetividade.

Nesse sentido, interessa ressaltar que o campo da mídia detém os instrumentos para a produção da visibilidade, através de rotinas e de modos operatórios próprios, dos quais atores de outros sistemas dependem. Os profissionais da mídia manejam tais regras de apresentação – desde gêneros narrativos diversos, mecanismos para dramatização, personificação, e construção de figuras heróicas ou arquetípicas até duelos verbais –, que podem ser empregadas tanto em matérias jornalísticas quanto em show de TV (MAIA, 2006, p. 25).

A atividade jornalística dispõe do poder de dar visibilidade, mas os critérios adotados para selecionar e mostrar o material público resultam de intensos conflitos nessa rede social. Ao mesmo tempo em que pode proporcionar possibilidades também é responsável por entraves. Segundo Maia (2006, p. 26), “esse espaço de visibilidade pode ser visto como ‘palco’, ‘arena’, ‘fórum’, de disputas políticas e negociação de sentidos”.

3. A esfera pública e a disseminação de discursos

Nessa perspectiva de disputa, destaca-se o conceito de esfera pública, que é um espaço de compartilhamento e valorização das opiniões. Como pressuposto básico, estava a liberdade dos participantes nesse espaço, que permitia a realização política por meio da discussão e disputa de pensamentos.

A mais primitiva publicidade política burguesa se realiza, portanto, através do comentário público, da conversa nos espaços de sociabilidade, da fala coletiva sobre as decisões da esfera reservada da política e sobre o funcionamento do Estado. Pelo discurso dos Iluministas esse “meter-se” nos negócios políticos ganha fumos de nobre função política (GOMES, 2006, p. 53).

De acordo com Gomes (2006), esse conceito não foi proposto inicialmente por Jürgen Habermas, como afirmam alguns estudiosos, esse autor trouxe em sua obra as mudanças estruturais na esfera pública e a perda de sua autenticidade em função da comunicação e da cultura de massa. Apesar dessa crítica, esse novo formato, que deixou o debate pessoal e passou para a necessidade de intermediação dos media, foi uma exigência da própria sociedade. A esfera pública possibilitou a participação dos indivíduos na vida política, e o desenvolvimento do próprio Estado exigiu a ampliação desse espaço.

A publicação das coisas do governo e da política na praça e no terreiro, nos cafés e salões da sociedade, mas também nos bordéis das zonas do Porto, nas fontes e chafarizes, nos clubes e nos saraus, eis o que constitui aquilo que hoje se diz através da expressão, de boa cepa, “esfera pública política” (GOMES, 2006, p. 51).

Apesar de as discussões da esfera pública não serem a própria decisão política, é nesse local que os discursos e opiniões sobre a agenda política são formados, é o que o autor chamou de “conversação civil”. Mas a sociedade burguesa passou a ser de massa e a cidadania foi estendida a todos, não há como garantir a unidade e nem o debate presencial. Os meios de comunicação resolvem o problema, mas com esses surge uma nova questão, a perda da autenticidade, e ainda retoma-se a polêmica da possibilidade de mediação objetiva.

O debate civil depende crescentemente de meios de comunicação de largo alcance, que, por sua vez, dificilmente se dispõem apenas a mediar, por amor cívico, a grande discussão da comunidade política nacional (GOMES, 2006, p. 58).

A visibilidade nesse cenário contrasta com a mera exposição de ideias, predominante na essência da esfera pública. O que é divulgado não é necessariamente aquilo que tem relevância política e está no centro das discussões, afinal, na produção de massa dos bens culturais a lógica é a de mercado. Segundo Gomes essa publicização não é guiada pelo debate político democrático e nem pelo interesse público, e “a forma predominante é controlada pela indústria da informação”.

Mas no contexto atual, a possibilidade de tornar algo visível e ainda assim seguir os preceitos da objetividade pode sofrer intenções deliberadas de manipular a realidade apresentada pelos fatos?

Responder positivamente é aceitar que a manipulação não é um mero desvio ou aprofundamento na escala da subjetividade, e sim uma ação deliberada em apresentar a realidade de forma conveniente e com um propósito, seja comercial ou político.

4. Padrões de manipulação: a opinião pela informação

Abramo (2003) considera que os meios de comunicação se tornaram órgão de poder, e é por isso que necessitam recriar a realidade. Nessa perspectiva sistêmica, cada um dos subsistemas interage e disputa espaços, e a manipulação da informação seria uma forma de se auto-sustentar. Ao tratar do significado político dessa manipulação, demonstra os padrões pelos quais ela se estabelece. Neste trabalho será destacado o da inversão da opinião pela informação. “O juízo de valor é inescrupulosamente utilizado como se fosse um juízo de realidade, quando não como se fosse a própria mera exposição narrativa/descritiva da realidade” (ABRAMO, 2003, p. 31).

Ao mesmo tempo em que se faz da objetividade absoluta uma forma de tornar a atividade jornalística intocável e inquestionável, cria-se um conflito. Legitimar esse pensamento significa não refletir essa visão trazida diariamente pelos meios de comunicação sobre a realidade, e negar, segundo Josenildo Guerra, representaria um “estelionato ético e social”. Diante dessas opções, mesmo colocando em cheque todo o ideal romântico do jornalismo, parece ser mais seguro considerar a objetividade em sua visão relativizada, nem seguindo o racionalismo positivista e nem admitindo a subjetividade absoluta.

É necessário questionar os significados apresentados pelos media, avaliando e relendo essa realidade, conscientes de que o papel mediador sofre influências diversas. Em casos extremos, essa inserção no tecido social pode representar pressões insustentáveis e chegar à manipulação noticiosa. A visão questionadora da atividade jornalística permite que não ocorra a aceitação instantânea de todos os discursos divulgados.

5. Etimologia da expressão “sangue azul”

Os apelidos podem consolidar imagens, e quando essa atitude é ampliada nos meios de comunicação, em especial os jornalísticos, torna-se ainda mais intensa. Ao relacionar os servidores das Carreiras de Estado do Executivo Federal ao conceito de “sangue azul”, o jornal Correio Braziliense cria interpretações e visões sobre esse grupo. É necessário retomar a etimologia da expressão para posteriormente avaliar, a partir do contexto atual, as implicações e significados resultantes.

A atribuição da cor azul tem significados diversos nas culturas, e há uma relação da cor com a realeza e o divino desde a antiguidade.

Com o objetivo de indicar o seu caráter exaltado e celeste, os Deuses frequentemente eram pintados de azul. Pode ter sido essa a origem da expressão 'sangue azul', e até a época da conquista Espanhola do México, os nativos que se ofereciam como propiciatórios à sua Divindade untavam seus corpos com tinta azul (BAYLEY, 2005, p.1997).

De acordo com o etimologista Márcio Cotrim (2009), um dos significados da expressão tem origem na Espanha, na região de Castela, e era usada para designar os integrantes de famílias nobres. No século VII, a Península Ibérica era ocupada pelos mouros e judeus, durante oito séculos havia uma convivência pacífica entre cristãos, muçulmanos e judeus. O povo árabe - dedicado aos estudos bíblicos, da ciência, filosofia, astronomia - ocupava altos cargos na administração e finanças nos reinos de Aragão, Castela e Navarra.

As Cruzadas, guerra proclamada em nome do ideal cristão, na Espanha liderada pelo Papa Urbano II, foram associadas ao ideal de Reconquista. Isso ocorreu no final do reinado de Afonso VIII (1158-1214), o Nobre, de Castela. No século VIII, intensificou-se o objetivo de expulsar esse povo da Península Ibérica.

Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela, movidos por interesses políticos e econômicos, expulsaram de seu reino todos os muçulmanos e judeus, dando início a uma prolongada era de intolerância. Pelo ideal da unidade cristã e persistência do mito da pureza do sangue, o Decreto de 1492 reafirmou a ideia de que a Península Ibérica constituiu-se num "reino cristão para súditos cristãos" (MIZRAHI, 2004, p. 29).

Nessa época, a Reconquista chegou ao fim com a tomada do reino de Granada. Com isso, os reinos da Leão, Galiza, Navarra, Castela e Aragão foram unificados, e deram origem à Espanha. O ideal de unidade ancorado na religiosidade cristã era ameaçado pela presença dos judeus e mouros, pois significaria a aceitação da diferença e da diversidade. Isso implicaria na perda do poder tanto da Igreja, quanto dos nobres, com consequências políticas e econômicas.

Os chamados nobres reafirmavam a sua superioridade social por meio de sua cor clara que permitia visualizar as veias azuis, característica que não era observada entre os mouros e judeus constantemente expostos ao sol e com uma coloração de pele mais escura.

"Sangre azul", reivindicado por certas famílias de Castela como não contaminadas pela mistura moura ou judia, provavelmente a partir da noção das veias visíveis de pessoas de pele clara (The Oxford Dictionary of Etymology).

A expressão traz forte preconceito em um contexto de lutas sociais em que os nobres, ditos sangues azuis, utilizavam todos os artifícios para manter os benefícios em detrimento da exploração das demais camadas sociais. Há um viés político, de defesa de poder, e ainda econômico.

6. A história do Correio Braziliense

Fundado por Hipólito da Costa, em Londres, o jornal Correio Brasiliense foi editado de junho de 1808 a dezembro de 1822. Há grande polêmica entre os historiadores sobre o fato de esse ser o primeiro jornal brasileiro, afinal foi escrito e editado em terras estrangeiras. Conforme apresenta Nelson Sodré (1999), Hipólito da Costa justifica a publicação no exterior em virtude da censura imposta no século XIX.

Chegava ao território brasileiro clandestinamente e trazia uma visão dos debates centrais da época e de alguma forma tentava influenciá-los. Por isso, era mais doutrinário que de fato noticioso. Sodré lembra o formato peculiar do Correio Brasiliense, com a média de 140 páginas, preço elevado e periodicidade mensal. A inten o era conquistar opiniões, apesar de transparecer intuios iniciais de desenvolvimento de debate político, o jornal não apresentou grande dedica o ao ideal de independência do Brasil da Corte Portuguesa. “Trata-se, assim, de uma finalidade moralizadora e não modificadora,  tica e não revolucionária”, (SODRÉ, 1999, p. 23). Escrito somente por Hipólito, que não retirava desse trabalho sua fonte de renda, Sodré justifica a importância do per dico pelo fato de ser uma visão da burguesia inglesa sobre o período da independência brasileira.

O jornal circulou sem grandes problemas por um ano, mas em 1809 a Corte do Rio de Janeiro tomou providencias e ordenou a apreensão do material. Conforme apresenta Sodré, ao longo de sua existência, o jornal sofreu uma persegui o inconstante, em alguns momentos acirrada e em outros mais branda, e essa não ocorria por determina o direta do regente, mas de alguns subordinados. Com a Guerra do Porto, em 1820, o jornal passou a circular livremente, mas também houve a perda de destaque em fun o do surgimento da imprensa genuinamente brasileira e também pelo fato de o per dico não ter conseguido acompanhar e publicar os assuntos de interesse brasileiros.

O atraso da imprensa no Brasil, aliás, em última análise, tinha apenas uma explica o: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do Correio Brasiliense, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada (SODRÉ, 1999, p. 28).

A circunstância que influenciou o desenvolvimento da imprensa nacional, e com isso, extinguiu a razão de ser do Correio Brasiliense, foi a independência do Brasil, em 1822. Foi exatamente nesse ano que o per dico deixou de ser editado.

O nascimento do Correio Braziliense, jornal tradicional da Capital Federal, tem sua história extremamente ligada   da cidade, e foi inspirado no per dico editado por Hipólito da Costa na época do Brasil colonial. E o novo “Correio”, grafado com “z”, foi idealizado por uma figura de destaque na história brasileira, Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, fundador dos Diários Associados, conglomerado de média, e de acordo com o site do grupo, é um dos maiores grupos de comunica o da América

Latina, formado por 50 veículos de comunicação entre jornais, emissoras de televisão, revista, rádios, portais e sites na Internet distribuídos em sete estados do país.

Mendes (1995) relata o encontro de Juscelino Kubitschek e Assis Chateaubriand, que não acreditava na construção de Brasília. Nessa oportunidade, o jornalista e empresário da área de comunicação, fez uma aposta com o então presidente:

...se Brasília viesse de fato a ser construída, no dia de sua inauguração, faria circular um jornal na nova cidade. E foi exatamente o que aconteceu, acrescido da surpresa de que este jornal pioneiro – mais um dos muitos que aquele incrível homem fundaria – chamava-se, justamente, Correio Braziliense, trazendo, além do título, o mesmo logotipo usado por José Hipólito da Costa no jornal por ele fundado em Londres, um século e meio atrás, quando Brasília era um vago sonho (MENDES, 1995, p. 66).

No dia 21 de abril de 1960, o jornal Correio Braziliense foi fundado juntamente com Brasília. Além da inspiração no periódico de Hipólito da Costa, o nome trazia forte identificação com aqueles que agora ocupariam a nova capital, os brasilienses.

6. As Carreiras de Estado no Correio Braziliense

Este trabalho analisa oito matérias publicadas no jornal Correio Braziliense entre os dias 22 e 27 de agosto de 2012, escolhidas por relacionarem os servidores das Carreiras de Estado ao conceito medieval de “sangue azul”. Esse foi o período final das negociações salariais entre servidores e governo, pois o prazo para a decisão sobre o reajuste era 31 de agosto. Nessa data a presidenta da República encaminhou o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional com o percentual de aumento de 15,8%, parcelado em três anos.

Para avaliar o tipo de cobertura jornalística promovida pelo jornal serão usadas duas abordagens, uma quantitativa, que buscará identificar e contabilizar expressões que remetam à ideia de “sangue azul”, e outra qualitativa, observando os discursos nas citações diretas, por serem declarações transcritas de forma literal.

A primeira matéria que denomina as Carreiras de Estado do Executivo como “sangue azul” foi publicada no dia 22 de agosto, na capa do Correio Braziliense, com o título “Sangues azuis emperram acordo nas negociações com o Planejamento”. No texto, identificam-se seis referências aos servidores por meio do termo “sangue azul”, que também são denominados como “elite”, em quatro outras referências, e “classe privilegiada”. É possível verificar características da acepção medieval por meio das ideias expressas de “classe privilegiada” que contam com “ganhos absurdos”.

Destaca-se nessa matéria a existência de três fontes, com nomes e cargos não revelados. A primeira designada como um “técnico da equipe econômica” do governo, a segunda como “assessor do Ministério da Fazenda”, e a terceira como “assessor palaciano”. As três declarações das fontes corro-

boram a ideia inicial apresentada pela matéria. Não há ponto de vista contrário. As fontes destacam o posicionamento da presidenta em relação aos servidores, criticando, em especial, a intransigência e busca por manutenção de benefícios que prejudicariam os demais servidores com salários menores.

A segunda matéria, com o título “Judiciário rejeita 15,8%” traz uma breve referência às Carreiras de Estado, em que lembra a irritação, já noticiada, da presidenta da República em relação à intransigência desse grupo de servidores, que não aceitava o aumento de 15,8%. O texto apresenta os servidores como “sangue azul”, “privilegiados com altos salários”. Nesse caso, no dia 23 de agosto, o discurso da matéria veiculada no dia anterior é reproduzido, e essa característica será observada nos demais textos em que as Carreiras de Estado são citadas.

Com o título “Irritação com sangue azul”, a terceira matéria foi publicada no dia 23 de agosto. Apon-tava a reação das Carreiras de Estado com as afirmações veiculadas pelo Correio Braziliense de que a presidente da República passou a chamar esses funcionários de “sangue azul”. Não são apresentadas declarações diretas da presidenta, mesmo assim, o texto denomina os servidores como “funcionários de alta renda”, “sangues-azuis”. Nessa matéria, há apenas uma citação direta da opinião da presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da PF (SinpecPF), Leilane Ribeiro de Oliveira, posicionando-se em defesa dos servidores com menores salários, chamados de “primos pobres” dentro do grupo dos “nobres”. Pode ser observada, nesse caso, a ideia de segregação e ainda a de nobreza, que busca a defesa de benefícios injustificados, em um momento de recessão econômica. Assim, dissemina-se a indisposição entre os servidores.

A edição do dia seguinte do jornal, 24 de agosto, repercute a insatisfação com a denominação “sangue azul”, na matéria “Planejamento diz não e PF mantém a greve”. O texto apresenta a negociação com os servidores da Polícia Federal, que promoveram manifestação, pintados de azul, fazendo referência à forma como a presidenta da República chamava os servidores com os maiores salários do Executivo. Na matéria há termos como “elite do funcionalismo” e “sangue azul”, e a única citação direta é da presidente do (SinpecPF), Leilane Ribeiro de Oliveira, em defesa das reivindicações dos servidores. Apesar de a carreira de servidores administrativos da PF não ser considerada “sangue azul”, o texto novamente traz o discurso que afirma a insatisfação da presidenta com a intransigência desse grupo de servidores.

Com a aproximação do prazo limite para o fechamento das negociações entre governo e servidores, o debate é intensificado e a falta de consenso deixa os pronunciamentos mais acirrados. No dia 25 de agosto, foi publicada a matéria “Dilma adverte servidores: 15,8% ou nada”, que cita os servidores das Carreiras de Estado como “sangue azul”, por duas vezes, “elite do funcionalismo”, com “salários mensais acima de R\$ 10 mil”, que atuam com “intransigência” na negociação, o que, segundo o texto, poderia prejudicar as demais carreiras, com salários menores.

Há três citações diretas no texto, a primeira é do coordenador do grupo União das Carreiras de Estado (UCE), Pedro Delarue, em defesa das reivindicações desses servidores. A segunda é de um “inte-

grante da equipe econômica”, enfatizando que os que não aceitarem a proposta do governo ficarão sem nenhum aumento. A última citação é de um “líder das Carreiras de Estado”, que, segundo a matéria, não quis de identificar temendo represálias, e destaca a intenção dos servidores de insistir em um aumento superior. Nessa declaração, o sindicalista ameaça partir para uma postura de “intransigência” caso os pleitos não sejam atendidos. O termo antes relacionado a esses servidores agora é defendido por um dos líderes do movimento. Nessa matéria há novamente o discurso, que o jornal afirma ser da presidenta, de que os servidores das Carreiras de Estado, com uma postura intransigente, buscam manter os altos salários, e com isso prejudicaria todo o funcionalismo e o equilíbrio das contas públicas.

No dia 26 de agosto, o jornal publica a matéria “Ganho de 42,7% acima da inflação em 17 anos”, com levantamento elaborado a partir de números oferecidos pelo Ministério do Planejamento sobre o aumento salarial no serviço público. Os integrantes das Carreiras de Estado são novamente tratados como “sangues azuis” e “elite do Executivo”. O texto traz duas declarações sobre a política de remuneração, a primeira, do economista-chefe da agência de classificação de risco internacional Austin Rating, Alex Agostini, e a segunda do economista, Raul Velloso. Nessa mesma edição do Correio Braziliense foi publicado o texto “Impasse nas negociações”, que trata do esforço do governo em fechar acordos com os servidores. As Carreiras de Estado são tratadas de “elite do funcionalismo” e “sangue azul”. A única citação direta é do coordenador do grupo União das Carreiras de Estado (UCE), Pedro Delarue, sobre a contraproposta apresentada pelo grupo, aumento de 25,9% dividido em três anos.

A última matéria que apresenta o estigma das Carreiras de Estado como “sangue azul” foi publicada no dia 27 de agosto, com o título “Aumento só para quem fizer acordo”. A ideia de resistência é relacionada a esses servidores, chamados de “elite do funcionalismo” e classificados como “sangues azuis”. Há uma declaração, de um “técnico do governo”, com nome não revelado, sobre a intenção de os sindicalistas negociarem aumento superior ao oferecido pelo governo.

Quadro 1: Termos relacionados ao conceito de sangue-azul e ocorrência em cada matéria.

Termo	Matéria 1	Matéria 2	Matéria 3	Matéria 4	Matéria 5	Matéria 6	Matéria 7	Matéria 8	Total
Sangue azul	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Elite	X			X	X	X	X	X	6
Classe privilegiada	X								1
Privilegiados		X							1
Altos salários	X	X			X				3
Funcionários de alta renda			X						1
Intransigência	X				X				2
Resistência	X							X	2

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Quadro 2: Fontes e suas respectivas citações diretas em cada matéria.

	Data	Título	Fonte	Citação
Matéria 1	22/08/2012	"Sangues azuis" emperram acordo nas negociações com o Planejamento	Técnico da equipe econômica	"Infelizmente, está prevalecendo a falta de bom senso entre os sangues azuis. Eles ainda não perceberam a gravidade da situação da economia mundial e do esforço que se está fazendo para reativar a economia brasileira e garantir os empregos do setor privado, os mais vulneráveis"
				"Esses sangues azuis têm que entender que os tempos de reajustes expressivos acabaram. Vivemos em outra realidade. Não dá para comprometer o Orçamento da União com ganhos absurdos para uma pequena classe privilegiada e deixar a maioria à margem"
			Assessor do Ministério da Fazenda	"quanto maior for o reajuste para os servidores da elite, menor fica a margem do governo para defender a elevação do salário mínimo e beneficiar, sobretudo, aposentados e pensionistas que fazem milagres, todos os meses, com o piso salarial"
			Um assessor palaciano	"Na Abin, por exemplo, o salário chegaria a R\$ 29 mil"
Matéria 2	23/08/2012	Judiciário rejeita 15,8%	Ana Paula Cusinato, diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus)	"O governo não está sendo intransigente com os servidores. Mesmo quem ganha muito terá reajuste de 15,8%. Por isso, é incompreensível que os sangues azuis criem um impasse tão grande para fechar um acordo com o Ministério do Planejamento"
				"Esse percentual não atende às nossas expectativas. O que queremos é que o ministro atravesse a Praça dos Três Poderes e vá falar com Dilma, como fez a ministra Ellen Gracie com Lula, em 2006"
			Ministro Joaquim Barbosa	"Tenho certeza de que ganhamos a adesão de mais de 50% daqueles que estavam fora do movimento. Só sairemos da greve com uma proposta fechada"
				"Só falta o plenário. Queremos esse julgamento, porque é a forma de impedir que a presidente rasgue a lei"
Matéria 3	23/08/2012	Irritação com "sangue azul"	Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da PF (SinpecPF), Leilane Ribeiro de Oliveira	"presidente Dilma, em toda família nobre, tem um primo pobre"

	Data	Título	Fonte	Citação
Matéria 4	24/08/2012	Planejamento diz não e PF mantém greve	Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), Marcos Wink	"Pretendemos a inserção em uma tabela de nível superior. Entendo as restrições orçamentárias do governo, mas o próprio Sérgio Mendonça disse que o impacto financeiro do reconhecimento de nossas atribuições é baixíssimo"
			Técnicos do Planejamento	"que os pleitos da PF, se atendidos, acarretariam aumento significativo nos gastos públicos"
Matéria 5	25/08/2012	Dilma adverte servidores: 15,8% ou nada	Coordenador da União das Carreiras de Estado (UCE), Pedro Delarue	"A intenção é chegar a um número bom para todos. Os 5% anuais não cobrem sequer a inflação e estão longe dos 30,18 % pedidos pelos auditores"
			Integrante da equipe econômica	"Portanto, estamos dando todas as chances. Quem aceitar, assinará os acordos ao longo da próxima semana"
			Um dos líderes das carreiras de Estado que pediu para não ser identificado temendo represálias	"Se o governo está indo para o tudo ou nada, nós também vamos partir para a intransigência. O Planalto diz que está negociando, que está fazendo o que pode, mas sabemos que é pouco. Estão perdendo o respeito por nós, pela qualificação que temos"
				"Não sou sindicalista. Não tenho imunidade"
Matéria 6	26/08/2012	Ganho de 42,7% acima da inflação em 17 anos	Economista-chefe da agência de classificação de risco internacional Austin Rating, Alex Agostini	"Esse é o ponto. Não há indicadores de eficiência no serviço público como na iniciativa privada. Não dá para ter sempre reposição da inflação nos salários, aumentando o custo da máquina administrativa. São necessários outros parâmetros, respeitando um teto e as especificidades e as exigências de cada carreira"
			Economista Raul Velloso	"Um engenheiro nuclear não pode ganhar o mesmo que um técnico de segurança no trabalho"
Matéria 7	26/08/2012	Impasse nas negociações	O coordenador da UCE e presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindfisico), Pedro Delarue	"Esse percentual (25,9%) já atende as expectativas e a greve poderá ser suspensa"

	Data	Título	Fonte	Citação
Matéria 8	27/08/2012	Aumento só para quem fizer acordo	Técnico do governo	"Eles (os sindicalistas) estão partindo dessa proposta, tentando negociar algo mais. Mas o governo considera zero o ponto de partida. Agora é 15,8%"

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Verificam-se nas oito matérias 21 citações diretas de 14 fontes diferentes. Dessas, sete não são reveladas e identificadas apenas de forma genérica por seus cargos ou tipo de atuação. De todas as declarações, nove são contrárias aos servidores e, em geral, desqualificam as reivindicações e apresentam o funcionalismo de forma negativa. Seis citações trazem argumentos favoráveis aos pleitos do funcionalismo, e seis são análises neutras, com observações genéricas ou técnicas.

8. Conclusão

Ao se analisar as oito matérias publicadas pelo jornal Correio Braziliense, que relacionam os servidores das Carreiras de Estado ao conceito medieval de “sangue azul” há alguns aspectos a serem observados. O primeiro, e provavelmente que mais se destaca, é a repercussão desse discurso ao longo dos textos que citam esse grupo de servidores.

Apesar de em nenhum momento a presidenta Dilma Rousseff ser entrevistada, fontes, mantidas em sigilo, revelam a profunda irritação da chefe do Executivo com os servidores que ganham os mais altos salários do Poder e reivindicam novos aumentos salariais. Além disso, há a afirmação que a própria presidenta apelidou as Carreiras de Estado de “sangue azul”. Uma argumentação sensível do ponto de vista jornalístico, que apesar de prever o direito de se manter a fonte em sigilo, também assevera a parcimônia na utilização desse artifício que pode comprometer a objetividade. Aqui, retoma-se o referencial teórico apresentado neste trabalho, em que a opinião é apresentada como informação, um padrão de manipulação trazido por Abramo (2003).

Não há somente a simples relação entre as Carreiras de Estado e o termo “sangue azul”, mas toda a construção da ideia medieval do termo. Nesse caso destacam-se ideias como intransigência e a busca por benefícios que prejudicariam não só os demais servidores, mas toda a sociedade. Essa noção é mostrada em matérias, que a princípio, foram produzidas a partir do crivo da objetividade, e acima de tudo, contam com a credibilidade construída pelo meio de comunicação. Um discurso construído sobre essas bases dificilmente poderia ser ignorado pelos cidadãos, pois é preciso considerar a amplitude dessa argumentação quando divulgado por um jornal tradicional.

O percurso temporal de publicação das matérias também deve ser analisado. Nos últimos 15 dias que antecedem a data limite para que o Executivo envie ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária, as greves e manifestações dos servidores de todos os Poderes foram intensificadas. Nenhum acordo tinha sido firmado e diversos serviços públicos foram prejudicados pelas paralisações dos funcio-

nários. Nesse contexto, as matérias trazem um conjunto de servidores, os das Carreiras de Estado, como intransigentes, postura que, segundo os textos, repercutiu nas demais carreiras, com salários menores, e de alguma forma, contribuía para que o acordo entre todo o funcionalismo ainda não tivesse fechado. Além disso, defendia-se que todos esses acontecimentos não ficavam restritos ao aparato funcional do Estado, afinal o equilíbrio das contas públicas dependia das negociações entre governo e servidores. No dia 22 de agosto, data da publicação da primeira matéria que relacionava as Carreiras de Estado ao conceito de “sangue azul”, havia uma insatisfação generalizada sobre a incapacidade governamental de estabelecer o diálogo com os servidores, e até mesmo a possibilidade da situação não ser plenamente resolvida.

A partir disso, constata-se que atribuir essa denominação a um grupo de servidores públicos, mesmo no cenário atual, tem intenção pejorativa. Nessas oito matérias, esses agentes públicos são comparados aos burgueses medievais que defendiam a qualquer custo os benefícios impostos pelo absolutismo. As consequências dessa exposição na mídia ganham maior dimensão, em especial pelo atributo da objetividade, alicerce da atividade jornalística, que tornam os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação inquestionáveis, verdades absolutas, protegidas pelo crivo da racionalidade e do método.

Esse caso demonstra o quanto o paradigma da objetividade jornalística pode, por um lado, proteger possíveis manipulações da informação, e por outro, revelar mais facilmente esse tipo de postura. É preciso ter uma visão crítica sobre a atividade jornalística e considerar que essa está inserida em um complexo tecido social, com diversas pressões. A disseminação do discurso que denomina de forma pejorativa as Carreiras de Estado como “sangue azul”, em um momento de crise e greves entre governo e servidores, revela intenções políticas que extrapolam a mera atividade de produção de notícias.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. **Padrões da Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. São Paulo: Sagra-Luzzatto, 1996.

BAYLEY, Harold. **A linguagem perdida do simbolismo: um estudo sobre a origem de certas letras, palavras, nomes, contos de fadas, folclores e mitologia**. São Paulo: Cultrix, 2005.

BARROS FILHO, Clovis; BERTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

COTRIM, Márcio. **O Pulo do Gato - O Berço de Palavras e Expressões Populares**. 2 ed. São Paulo: Geração, 2009.

Ensaio sobre o jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística.
In: COMPÓS, 9, Porto Alegre/Rio Grande do Sul, 2000.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LOYN, H. R. (org.) **Dicionário da Idade Média.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MAIA, Rousiley. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política.** In: GOMES, Wilson. CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 49-59.

MAIA, Rousiley. **Mídia e vida pública: modos de abordagem.** In: MAIA, Rousiley. CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-46.

MENDES, Manuel. **O cerrado de casaca.** Brasília: Thesaurus, 1995

MIZRAHI, Rachel. **“Imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e Rio de Janeiro”**, IN: Cursos e Eventos (Nova Série, nº4), 2004.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos.** Jornalismo e cotidiano. Rio: Revan, 2007.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2010, vol.8, n.4, pp. 782-788. ISSN 1679-3951.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Vol I – Por que as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis:Insular, 2005.